

## Oficiais de Justiça repudiam críticas

O presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça, Carlos Almeida, “repudia” as declarações proferidas pelo juiz presidente da nova Comarca do Baixo Vouga, Paulo Brandão, quando contestou a falta de mobilidade, a quantidade de baixas médicas e a qualidade de alguns funcionários judiciais, em trabalho publicado, a 30 de Março, pelo JN. “É surrealista vir dizer que há muitas baixas, quando os oficiais de justiça têm das menores taxas de baixas que há na administração pública. Desafio-o a chamar o Ministério Público, para ver se há baixas fraudulentas”, declara o dirigente sindical, ao JN, dirigindo-se ao presidente da Comarca do Baixo Vouga.

A entrada em funcionamento desta comarca e de outras duas experiências piloto, no âmbito da reforma do mapa judiciário, não foi acompanhada da redistribuição de funcionários e, nos novos juízos de execução de dívidas de Águeda e Ovar, por exemplo, há mais de 35 mil processos parados, por falta de oficiais de justiça. Neste contexto, o presidente daquela comarca queixou-se, também, de ter funcionários a mais nalguns juízos e a menos noutros, porque o respectivo estatuto profissional não autoriza transferências sem consentimento pessoal, justificou.

Carlos Almeida acusa o juiz de pretender “aligeirar (as suas) responsabilidades”. “A lei permite que, em situações extraordinárias e devidamente fundamentadas, os oficiais de justiça sejam movimentados”, sublinha, ressaltando a obrigatoriedade de compensar financeiramente os transferidos. “Dez ou 15 quilómetros em Aveiro não são a mesma coisa que em Lisboa”, observou ainda, sustentando que aquela zona tem menos transportes públicos.

À alegada falta de “qualidade” do serviço de alguns funcionários, Carlos Almeida responde que não é legítimo fazer essa crítica sem lembrar que não foi dada formação aos funcionários nem aos juízes, antes de implementar as três comarcas piloto do novo mapa judiciário, em 2009. A reforma privilegia a criação de juízos especializados - criminais, de execução, de família e menores, etc. -, em prejuízo dos juízos de competência genérica.

Para o dirigente sindical, a solução dos problemas referidos deve ter âmbito nacional e passa por contratar mais oficiais de justiça, apostar na formação, libertá-los de funções que podem ser assumidas por administrativos e aumentar-lhes o nível salarial de acordo com as exigências específicas da profissão.